

UMA IDEIA DE
ANGOLA NO
SÉCULO XVIII,
A PARTIR DE
QUITÚBIA DE
BASÍLIO DA
GAMA

ANA PAULA
TAVARES

A construção cultural da colónia de Angola e suas representações estava disponível em Lisboa e de forma diferente, a partir das informações que inúmeras fontes documentam. Um conjunto de fórmulas, maneiras de designar e contornar o efeito de estranheza está visível nas cartas dos governadores para o reino, bem como numa série de documentação mais especializada e descritiva, produzida por militares e outros funcionários encarregues de criar uma ideia de legitimidade da presença portuguesa e do alargamento do mapa, onde a mitificação de momentos históricos (a guerra, o heroísmo) apela ao uso político e especializado dos agentes encarregues de pôr em prática os projectos da metrópole para a colónia. O sistema de enunciados que torna coerente esse conhecimento está disponível na crónica e faz crescer uma noção de cultura imperial, mais tarde chamada a depor em contexto de ocupação e reivindicação de legitimidade.

Para o século XVII e no que diz respeito a Angola, a *História geral das guerras angolanas*, de António de Oliveira Cadornega (natural de Vila Viçosa e em Angola desde 1639 até a sua morte em 1690), inaugura esse relato das coisas da guerra e a criação de resistentes africanos, e reescreve a história do ponto de vista do projecto colonial. Aqui, como no trabalho contemporâneo do capuchinho italiano João António Cavazzi de Montecuculo – *Istorica Descrizione de' Tre' Regni Congo, Matamba et Angola*, publicada em Bolonha em 1687 –, para além da história dos religiosos em Angola, se dá espaço ao que seriam os olhares dos autores e a consulta das fontes disponíveis em Luanda.¹ Nestes trabalhos chama a atenção a construção de um discurso de instâncias legitimadoras em que se gizam os espaços de fronteira como lugares a conquistar ou já tributários da influência portuguesa. A tradução da oralidade pela escrita obedece neles aos rígidos princípios aprendidos na corte, metodologicamente submetidos a uma ideia de pertença que tanto aparece nos autos de vassalagem, como na recuperação de antigas normas portuguesas aplicadas no terreno com duplas leituras, uma vez que nem sempre eram coincidentes as posições portuguesas com as dos chefes africanos que assinavam os autos. A escrita

1 Ver HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Luanda: Kilombelombe, 2007.*

instituíam-se como instrumento de fixação de uma situação de posse várias vezes desrespeitada pelos interesses envolvidos, ao mesmo tempo que se familiarizava com palavras e conceitos que não pertencem à língua portuguesa, nem à gramática da complexa relação afro-portuguesa.

A história tem lido à luz de novas propostas estas fontes e estas primeiras formações da ideia de Angola, vista como mundo de hostilidade e violência a ser transformado pela influência portuguesa. Os trabalhos sobre literatura angolana de Francisco Soares e o mais recente de Francisco Topa² revelam um conjunto de tópicos que antecedem as fórmulas de dizer o país já conhecidas e estudadas para o século XIX e que, por vezes, se encontram por detrás das páginas da crónica e da descrição.

Mais de um século depois de Cadornega, novas ideias e projectos estão em marcha para as colónias e são seus autores governadores e outros representantes da Coroa, cujas ideias centralistas e modificadoras chocam com os hábitos e a percepção dos poderes locais, africanos e de descendentes de portugueses. Os especialistas em história africana John Thornton e Joseph Miller afirmam que na última metade dos Setecentos foram constantes as tentativas de substituição dos poderes dos “filhos da terra”³ por metropolitanos, numa tentativa de reinvenção das elites locais, com os consequentes conflitos daí provenientes.⁴ O tráfico de escravos continuava a ter um papel importante na desagregação das antigas sociedades linhageiras pela incompreensão de todos os agentes envolvidos. O mundo Atlântico criava novas exigências, bem como possibilitava a entrada em cena de outros agentes e a necessidade de novas rotas e novos mercados.⁵ Fluxos e trocas culturais, os novos canais de comunicação à escala atlântica têm impacto na construção de identidades e na movimentação de pessoas, lugares e locais, criando uma nova topografia da lealdade e zona de influência.⁶

2 Na senda de Mário António Fernandes de Oliveira e de Francisco Soares, Francisco Topa faz a atribuição de autoria ao considerado primeiro poema angolano e de temática angolana guardado nas páginas do livro de Cadornega. Ver TOPA, Francisco. “Entre a ‘terra de gente oprimida’ e a ‘terra de gente tostada’: Luís Félix da Cruz e o primeiro poema “angolano”. *Africana Studia, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto*, n. 22, pp. 139-56, 2014.

3 A expressão “filhos da terra” aparece já em documentação portuguesa do século XVII, AHU_CU_001,1786. Para o lexema “angolenses”, utilizado no século XVIII, ver: SANTOS, Catarina Madeira. “De ‘antigos conquistadores’ a ‘angolenses’”. *Cultura*, v. 24, 2007, posto online em 10 outubro 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cultura/898>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

4 MILLER, Joseph; THORNTON, John. “A crónica como fonte, história e hagiografia. O Catálogo dos Governadores de Angola”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 12 e n. 13, pp. 9-55, jan./dez. 1990.

5 Cf. MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Londres: James Currey; Madison, University of Wisconsin Press, 1988.

6 Cf. GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. Trad. de Cid Knipel. São Paulo/

Uma leitura atenta dos textos produzidos em e sobre Angola vem colmatando a ausência do “Sul do Atlântico Negro” e particularmente dos trânsitos entre Angola e Brasil, bem como as estratégias de construção e compreensão desse mundo novo, e de o fixar através da escrita ligando colonialismo e Iluminismo em “formas simbólicas de apropriação planetária”, como nos alerta Mary Louise Pratt, no seu *Os olhos do Império*⁷ e na construção de um reportório científico que produz novos paradigmas, novas imagens e a ideia de domínio sobre os diferentes locais do continente africano. Vários brasileiros estiveram ao serviço do Império e transitaram em termos de formação entre os cursos de geometria e álgebra criados nas principais cidades coloniais (Salvador, Rio de Janeiro e Luanda) e, no caso doutras formações, estudaram na Universidade de Coimbra (cursos de Filosofia Natural, após a reforma pombalina de 1772).

Um relato intitulado *Breve narrativa da Expedição de História Natural às savanas e rios de Angola* (1785), liderada pelo naturalista Joaquim José da Silva⁸ a serviço da Coroa e Ciência de Portugal, transforma-se num conjunto de informações que operam o redimensionamento espacial da presença portuguesa em Angola. Nele, vastas regiões fora do controle administrativo português (o sertão de Benguela, Quilengues) permitem outros tipos de apropriação e nomeação, numa tomada de posse, pela palavra do real africano. A natureza é instrumentalizada para mimeticamente situar os naturalistas dentro dela, como nos alerta Starobinski.⁹ Inventário e arquivo disponíveis em Angola, eram enviados para o reino, para consulta de quem fazia da escrita um investimento e uma estratégia, deitando mão do jogo textual para obtenção de mercês e gratificações.

Joaquim José da Silva era amigo de Elias Alexandre da Silva Correia, militar que viveu em Angola de 1782 a 1789 e participou da expedição enviada a Cabinda – juntamente com Francisco de Sousa Coutinho, filho de Inocêncio

Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Cândido Mendes; Centro de Estudos Afroasiáticos, 2001.

7 PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Trad. de Jézio Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999.

8 Joaquim José da Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1755 e estudou em Coimbra sob a orientação do mestre italiano Domingos Vandelli. Trabalhou no Jardim Botânico e no Museu da Ajuda, em Lisboa. Foi enviado para Angola em 1783 juntamente com dois naturalistas, o italiano Angelo Donati e o português José António. Dentre os inúmeros trabalhos que escreveu destaca-se *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, o Bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquelle Reino como Naturalista, e depois Secretario do Governo. De Loanda para Benguella. Morreu em Luanda em 1813*.

9 STAROBINSKI, Jean. *A invenção da liberdade: 1700-1789*. Trad. de Fúlvio M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 1994.

de Sousa Coutinho –, com vista à construção de um presídio e ao controlo da embocadura do rio Congo, lugar vital para o escoamento do tráfico de escravos.¹⁰ Esta expedição, a que a estratégia do Mambuco¹¹ e a peste puseram fim, encerrou-se com os portugueses a perder o controlo sobre a região. Antes do fim da guerra, Elias Alexandre regressou a Luanda e, em contacto com as fontes, reuniu informação que lhe permitirá escrever a sua *História de Angola*, que compila uma massa de informação importante sobre esta colónia portuguesa, os termos da escravatura, a importância da agricultura, informações sobre os rios da região, as mudanças das políticas portuguesas e luso-africanas e a coexistência de relações de vassalagem (chefes africanos com compromisso assinado com Portugal) com práticas do exercício do poder à margem da jurisdição portuguesa. A sua escrita entre crítica e proposta é muitas vezes apontada por especialistas da história africana como contraponto do olhar brasileiro à visão portuguesa colonial.¹² O autor investe no Brasil como lugar ameno “onde a mandioca sabe melhor”, discurso entre discursos a favor das elites que no Brasil provavam a sua capacidade e formação. Assiste-se, portanto, ao processo de construção de uma ideia de Angola, a partir de uma literatura cujo objectivo era a própria história de Angola e de fontes disponíveis em Lisboa, no Rio de Janeiro e em Luanda.

A chegada a Luanda, em 7 de setembro de 1784, de José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho,¹³ nomeado governador de Angola, autoriza a análise sobre a continuidade do projecto para a região e o alargamento das zonas de influência portuguesa para o sul de Luanda e Benguela. Regiões como a Angra do Negro,¹⁴ a par com a ideia de ligar as duas costas, passam a fazer parte do vocabulário utilizado pelos governadores de Angola com o projeto de refundar a terra a partir de

10 De acordo com dados da historiografia recente, entre 1789 e 1863, foram retirados, somente de Ambriz, 206 mil escravizados, destinados em sua maior parte aos mercados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e também de Cuba.

11 Mambuko, entidade do poder em Cabinda; ver, sobre as diferentes instâncias de poder em Cabinda: SER-RANO, Carlos. *Os senhores da terra e os homens do mar (Luanda: Kilombelombe, 2017)*.

12 Ver MILLER, Joseph; THORNTON, John. “The Chronicle as Source, History and Hagiography: Catálogo dos Governadores de Angola”. In: HEINTZE, Beatrix; e JONES, Adam (Eds.). “European Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and Abuse”. *Paideuma* 33, Stuttgart, pp. 359-89, 1987, tradução portuguesa em *Revista Internacional de Estudos Africanos*, op. cit. Ver PEREIRA, Magnus Roberto. “Rede de mercês e carreira: O ‘Desterro d’Angola’ de um militar luso-brasileiro (1782-1789)”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, pp. 97-127, jan. 2006.

13 José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho (1737-1812), 1º Barão de Moçamedes (aldeia portuguesa situada junto a S. Miguel do Mato, distrito de Viseu).

14 Nomeada Moçamedes em homenagem a José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho, Barão de Moçamedes. Depois da Independência de Angola, o nome Namibe foi o topónimo recuperado para a povoação e, em 2016, por disposições do Ministério de Administração do Interna angolano volta a ser designada Moçamedes.

uma matriz esclarecida e moderna.¹⁵ O trabalho de José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho e a documentação resultante do seu mandato autorizam-nos a ligar os autores e historiadores dessa ideia de Angola enquanto possível espaço de povoamento e local de boas práticas políticas que assegurassem a paz e o desenvolvimento. O autor da *História de Angola*, o Barão de Moçâmedes e José Basílio da Gama¹⁶ conheceram-se no Brasil e estão ligados por uma visão de reconstrução da ideologia comum e ressignificadora do projecto colonial com as necessárias zonas de circulação e agência que as fórmulas aprendidas pelos engenheiros, naturalistas e filósofos criaram para a Europa da segunda metade do século XVIII.¹⁷ São nestes relatórios mais frequentes os vocábulos das línguas africanas e seus topónimos para tornar verosímeis as zonas de contacto e o avanço do conhecimento e avaliação de identidades.

José Basílio da Gama é autor de *Quitúbia*, texto que valoriza o discurso iluminista de Angola e sobre Angola, que anteriormente encontrava lugar na crónica e nos livros de viagens. Na imaginação colectiva disponibilizada para a governação colonial, nomes como “Guerra Preta” e “Tendala” são incorporados nos versos que contam a história. Na capa da primeira edição¹⁸ do poema há uma evocação de Metastasio¹⁹: “Faccia pompa d’Eroi l’Africa ancora” (Que a África possa ostentar os seus heróis).²⁰ Esta citação inaugura o tom classicizante do autor e a inclusão do outro num universo cultural da História Antiga: Amílcar e Cartago anunciam o começo do

15 A correspondência do governador, AHU_CX_72_Doc 6, disso faz prova, e as iniciativas para a apropriação do espaço estão registadas na *História de Angola*, de Elias Alexandre da Silva Correia, aqui já referida. Ao mesmo tempo, o tráfico de escravos é frequentemente rasurado da correspondência, quando para essa época correspondem a números recorde enviados para o Brasil, os Estados Unidos e Cuba. Ver: MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830*, op. cit..

16 José Basílio da Gama, nasceu em Minas Gerais, em 1741 e morreu em Lisboa em 1795. O seu poema *O Uruguai*, dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, é considerado pela historiografia literária brasileira a sua principal obra. Cf. CHAVES, Vania Pinheiro. *O Uruguai e a fundação da Literatura Brasileira* (Campinas: Editora da Unicamp, 1997). Basílio da Gama é autor do poema *Quitúbia* (1791), sobre Angola no tempo do Barão de Moçâmedes. Ao contrário dos outros nomes aqui listados, Basílio da Gama nunca esteve em Angola.

17 Ver SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo polido para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-v.1800)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa, 2005. Tese (Doutoramento em História).

18 Impresso em Lisboa, na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Sereníssima Casa do infante, no ano de 1791.

19 Pietro Metastasio nasceu em Roma em 1698 e faleceu em Viena no ano de 1782; foi poeta arcádico e librettista. Considerado por alguns o maior poeta italiano do seu século, é todavia lembrado principalmente como compositor de libretti para melodrama. Filho do povo, foi notado na oficina do pai a improvisar poesia por Gravina, que lhe franqueou as portas de uma instrução humanística formal. Depois da carreira em Itália (viveu em Nápoles por anos graças ao mecenatismo da cantora La Romanina), em 1730 mudou-se para Viena, onde começou a trabalhar para o teatro imperial. Dentro da imponente lista de compositores que puseram em música os seus libretti, destacamos: Mozart, Vivaldi, Donizetti, Pergolesi, Alessandro Scarlatti, Durante, Paisiello.

20 Devo a tradução a Marco Bucaioni, bem como o verbete sobre a vida de Metastasio, nota *supra*.

poema, que invoca a Fama – “Deusa de cem bocas” (v. 1) – que, terminada a Guerra dos Sete Anos, pode “sobre a escura África” “[s]eus olhos estende[r]” (v. 7). Estabelece-se o respeito pelas regras formais do poema (invocação/ tema/ desenvolvimento), servido por um arco cronológico que se anuncia e a unidade de acção que inscreve na história mais geral de Portugal o percurso do Quitúbia.²¹

O esforço biográfico faz Basílio da Gama situar o herói na descendência genealógica de famílias africanas servidoras e fiéis aos representantes de Portugal (v. 13 e seguintes).²² Ao sublinhar a ascendência de Quitúbia – Domingos Ferreira de Assunção – cria a fórmula do herói, o seu conhecimento, valor e empenho, que funciona mais para validar a importância da presença portuguesa do que como investimento na imagem que a elite luso-africana acabará por construir de si própria com formulados diferentes no século XVIII e no século XIX.

Angola é um lugar de feitos de armas e de guerras de alargamento das fronteiras, de trocas culturais, de mundos de ambivalência que a heróis como o Quitúbia dão sentido. É a arte da guerra que determina o percurso do herói quando prefere deixar as letras (v. 25) para combater na região do Encoje.²³ Ao poema interessa a paz como fim da guerra, pois só esta permite a construção do herói de “sangue nobre, ainda que essa cor escura o encobre” (vv. 23-4). No poema também são atribuídos ao pai do Quitúbia feitos valorosos contra a rainha Ginga.²⁴

A palavra abre-se em torno de unidades discursivas capazes de produzir no leitor a descoberta do lugar e do acúmulo do conhecimento útil ao desenho do perfil do herói.²⁵ Inscrever, nomear são formas de fazer existir os lugares, e o poeta tem aqui um papel quando inclui no seu trabalho a designação

21 Grafado “Quitúbia” à maneira portuguesa o apelido deriva do radical kimbundu (língua batu falada em muitas das regiões referidas no poema) *Bya, fogo, com o indicativo de número e prefixo*.

22 Não podemos deixar de referir que desde o século XVI, em Portugal, o vocábulo “geração” aparece com um sentido similar de descendência. Ver, por exemplo, a Carta de Doação a Paulo Dias de Novais (06.09.1571): “E asi quero e mando que todos os erdeiros e subçessores do dito Paullo Dias de Novais que esta capitania erdarem se subcederem per qualquer via que seja se chamem de Novais e tragão as armas da dita geração....”. Cf. FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940), p. 410. Na documentação interna dos sobados, o vocábulo geração aparece polissemicamente, com todas estas asserções. A especificidade das questões políticas tratadas introduz conceitos como “dono da geração”, “patrão da geração” e todas as questões relacionadas com a fixação e a legitimação das “gerações”. Cf. SANTOS, Catarina Madeira; TAVARES, Ana Paula. *A apropriação da escrita pelos africanos* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002).

23 Encoje: terra angolana situada nos territórios do Ndembu Ambwila que se opôs aos interesses portugueses. Depois da guerra foi construído o forte de S. José do Encoje, em 1759, e nomeado um capitão-mor.

24 O poeta tem perfeita noção de não se tratar de D. Ana de Sousa, mas da sua descendência dinástica da linhagem Ginga (ver no poema, notas 5 e 6).

25 FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008, p. 23.

“Balundu”²⁶ (v. 36) colocando o herói a atravessar duas vezes o sertão num alargamento do saber sobre regiões onde a influência portuguesa e a posterior dominação só chega no século XX, com a guerra e prisão das principais chefias africanas. A informação de que Basílio da Gama dispunha era escassa e por isso salvaguarda com o designativo “incógnito” o facto de ser lacunar a informação sobre as diferentes formações políticas e sociais do sertão angolano unidas pelo comércio e pelo alargamento das fronteiras africanas. Ao espírito iluminista importa rever a cartografia de Angola para lá da colónia e dos seus principais centros: Luanda e Benguela. Para isso nos alerta John Thornton, o especialista em história da África Central, quando afirma:

The Pombaline spirit was such that the governors, at least in their official capacity, believed that they were now governing the kingdoms they had defeated, and so the capitão mor title was replaced with regidor, or regent. But the holder of this title was without power to control even the traders, especially as many were themselves Luso-Africans drawn from the trading community. For example, in 1789 the regidor of Mbailundu was accused of suppressing Portuguese merchants and trading through local Luso-African merchants in Benguela with the French. When queried about issues in Mbailundu in 1810, the regidor simply informed the governor that he had no real power in that country, even to collect information, that the rulers did exactly as they pleased, and that his advice was “like the songs of birds.”²⁷

A documentação relativa ao governador D. António de Lencastre (em Luanda entre 1772 e 1779) e o Catálogo dos Governadores já aqui referido confirmam a guerra do Bailundo como empreendimento de nota comparável a outros empreendimentos anteriores, e a referência ao Quitúbia aparece ali documentada.²⁸ A sua existência autonomiza-

²⁶ Refere-se ao reino africano Mbalundu, grafado na documentação portuguesa Balundu ou Bailundu, formação social muito importante no planalto Central Angolano. Ver história e origens dessa formação social em CHILDS, Gladwin Murray. *Umbundu Kinship and Character* (London: Oxford University Press for the International African Institute and the Witwatersrand University Press, 1949); VANSINA, Jean. *How Societies are Born, Governance in West Central Africa before 1600* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), p.174, nota 38 e pp. 175 e 180; FLORENCIO, Fernando. *No Reino da Toupeira – Autoridades tradicionais do Mbalundu e o estado angolano*. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9130/1/a03_1.pdf Consultado a 24-07-2020; e NETO, Maria da Conceição. *Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961*. Londres: School of Oriental and African Studies – University of London, 2012, p. 52. Tese (Phd em História).

²⁷ THORNTON, John. *A History of West Central Africa to 1850 (New Approaches to African History)*. Cambridge: Cambridge University Press 2020. Parte I, p. 332.

²⁸ Ver a edição de D. Gabriel de Sousa do *Quitúbia* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1973), p. 52.

se à medida que os feitos militares criam esta *persona*. A escrita deste poema é mais uma instância de legitimação que o destaca de outros funcionários, administradores e mesmo militares.

A forma como a Kisama²⁹ é introduzida no poema junta um inventário linguístico disponível desde os clássicos para certas regiões africanas “bárbaras” e “hostis”. A língua portuguesa, por informações coligidas a partir dos primeiros contactos, é pródiga: local agreste, traiçoeiro, áspero, coutada de escravos fugidos, terra da seca e da fome, residência de chefes traidores³⁰ e belicosos que desde o início do século XVII se opunham às investidas portuguesas em busca dos escravos fugidos e do controlo dos caminhos do sal.³¹ Os conceitos de valoração negativa sobre a região não variam durante um largo tempo histórico que se prolonga até ao século XX, colocando de um lado as tentativas de ocupação portuguesa e do outro as estratégias africanas de sobrevivência e organização. Basílio da Gama dá conta da sua familiarização com a natureza dando uma definição de “embondeiros” (v. 45 e nota 12) que resulta das informações dos naturalistas e que passa a ser citada por viajantes:

Embondeiros, são humas árvores altas, demaziadamente copadas e algumas tão corpulentas, que douze homens as não abração. A sua casca he grosseira, e dura, o resto porém tão brando que com facilidade, e com qualquer instrumento³² se deixa cavar. Os negros fazem-lhe huma abertura pelo alto, e entrando dentro lhe extraem por ali quazi todo o interior, transformando assim estas árvores em pequenas Cisternas, nas quaes guardam fresca, e saudavel toda a água, que podem recolher, da chuva.

Em algumas Províncias, como a de Kisama, a maior ou menor riqueza consiste na possessão do maior ou menor número destas árvores pela falta de águas como explica um poeta nosso elegantemente.

²⁹ Atual município da província de Luanda, Angola por força da lei 29/11 de 2011. A grafia varia nos diferentes documentos: “Quiçama”, “Quissama”, “Kisama”.

³⁰ Ver Portaria, pela qual os senhores governadores deste reino foram servidos nomear ao capitão-mor António José da Piedade por comandante da expedição dirigida a castigar os sobas da Quiçama, rebeldes e inquietos. Cod. 1642, fl. 9

³¹ Ver, para esta data: CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras angolanas* (Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940-1942), obra em três volumes anotada e corrigida por José Matias Delgado. Sobre a Kisama, ver: FERREIRA, Aurora da Fonseca. *A Kisama em Angola do século XVI ao início do século XX: Autonomia, ocupação e resistência* (Luanda: Kilombelombe, 2012), 2 v.

³² Memoria de Brant Pontes sobre a Comunicação da Costa Oriental com a Ocidental de Africa, escrito em Lisboa, em 9 de Setembro de 1800. Cf. TAVARES, Ana Paula. “O especial interesse da reedição do *Quitúbia*” (Évora, mai. 2000) – comunicação apresentada ao Congresso Internacional 500 anos da Língua Portuguesa, no Brasil.

Assim a Kisama não serve o discurso biográfico e de construção do herói, não serve ao autor de *Quitubia*, nem à construção da sua epopeia (as incursões a este lugar são mal sucedidas como Basílio da Gama regista no verso 48) e por isso o poeta se aproxima de zona mais próxima da influência portuguesa, lugar de paragem e negociação antiga, mas não menos insubmissa. São as ilhas do Kwanza, lugar de influência de antigos reinos (Ndongo) e de disputa, dada a sua posição privilegiada nas rotas de comércio e escoamento do sal, do cobre, de artigos de ferro, de marfim e de escravos. A guerra deixa evidente o quanto a construção do mapa (a ideia de Angola), à época em que o poema foi escrito, era hesitante feita de avanços e recuos, de fronteiras africanas opostas e resistentes à dominação portuguesa e mesmo à missionária. A relação dos *ambundus* com o seu território era mais complexa do que aquilo que transparece nos relatórios e documentação.³³

Os reis (no poema grafado “réus”, por erro tipográfico) *dembos* refratam o carácter excepcional e a reputação da personagem, já firmadas nos versos anteriores do poema, e a sua integração na paisagem, onde se destaca a figura e identidade construída ao serviço da colónia. A declaração de guerra por parte dos “*dembos*”³⁴ (v. 58) trabalha para criar a peripécia e consolidar a imagem do Quitúbia. Contra a desmedida e arrogância e traição dos “*Dembos*” ergue-se a obediência e a experiência militar do herói do poema. O poema está carregado de informação sobre a identidade e as acções dos chefes africanos para lá dos autos de vassalagem e do conhecimento que diferentes sociedades tinham umas das outras.

Legitimado pela documentação consultada, Basílio da Gama coloca o herói a fazer justiça à traição e traça a genealogia do Quitúbia que, tal como seu pai, sempre tinha velado pelo cumprimento dos compromissos da paz. Não está em causa a rede de relações complexas e os agentes que actuavam fora da política portuguesa e da compreensão dos africanos. Serve aqui para colocar em confronto as ideias de submissão e traição a “gente valorosa” (v. 89) contra a guerra cavilosa (v. 89). O real submerge

³³ Ver COELHO, Virgílio. *Em busca de Kábàsà: Estudos e reflexões sobre o “reino” do Ndòngò: Contribuições para a História de Angola*. Luanda: Kilombelombe, 2010.

³⁴ Designação portuguesa para uma posição titular Ndembu, chefes africanos que dominavam a região encravada entre os sítios de influência do Reino do Kongo e do Ndongo. Héli Chatelain, o filólogo e missionário suíço que esteve em Angola e foi autor de várias recolhas da tradição oral na área de influência da língua kim-bundu e da *Grammatica elementar do Kimbundo* [1889], designou-os de Federação Jindembu. Estas posições titulares têm, como atesta a documentação, uma antiga história de resistência à penetração portuguesa, apesar de constarem das listas de “sobas avassalados”, desde o século XVI. Ver sobre este assunto: SANTOS, Catarina Madeira; TAVARES, Ana Paula. *A apropriação da escrita pelos africanos*, op. cit. Ver ainda: AHU-Angola, cx. 39, doc. 19. AHU_CU_001, Cx. 42, D. 3907, com referência às guerras declaradas pelos mesmos “*Dembos*” a que Basílio da Gama se refere.

o actor, criando uma unidade entre o sujeito e o mundo que o rodeava, cada acção representando um avanço no triunfo sobre o mal e no estabelecimento de um acréscimo de sentido à vida do Quitúbia.

A dinâmica da compreensão exige a referência aos locais para unir tempo e espaço num largo investimento da criação da história e sobretudo da história portuguesa em Angola. Ambaca³⁵ (v. 66) aparece descrita com grande investimento nos elementos da natureza cientificamente descritos (“a Lucala fria”)³⁶ e a criar no poema a familiaridade do seu autor com a paisagem descrita. Elementos da geografia (Cuanza, v. 84) – rio, Bengo, Luanda, Massangano, Muxima e Calumbo – e aglomerados urbanos, são adjectivados segundo as suas características e importância para a história da colónia de Angola. Fica assim completo o mapa e as representações que faziam sentido na cartografia da terra no final do século XVIII.

Completa a personagem, surge a recompensa e o reconhecimento: Quitúbia viaja para Portugal, onde a rainha³⁷ o condecora. Assim pode contar os seus feitos e ser testemunha das guerras de que saiu vitorioso. O poema continua o seu projecto biográfico incitando Quitúbia a regressar aos seus, uma vez que a glória e a imortalidade ficam salvaguardadas no poema “com este loiro a tua testa enfeito” (v. 178).

ANA PAULA TAVARES é historiadora, antropóloga e professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Como poeta publicou *Ritos de passagem* (Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985), *O lago da Lua* (1999), *A cabeça de Salomé* (2004), *Manual para amantes desesperados* (2007) e *Como velas finas na terra* (2010), todos editados pela Editorial Caminho. No Brasil, toda a sua poesia foi reunida em *Amargos como os frutos* (Rio de Janeiro: Pallas, 2011).

³⁵ Grafia portuguesa para Mbaka, região de Angola e actual município da Província do Kwanza Norte, onde desde 1611 existia um forte português para controle dos caminhos do tráfico. A construção de um convento por frades capuchinhos em Bangu Aquitamba foi responsável pela disseminação da língua portuguesa e da escrita, guardada entre os ambaquistas como conquista cultural. Cf. HEINTZE, Beatrix Heintze. *Pioneiros africanos* (Lisboa, Editorial Caminho, 2005).

³⁶ O poeta refere o Rio Lucala que banha Ambaka.

³⁷ Trata-se de D. Maria I, rainha entre 1777-1815.



FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro, 1749-1822. Carta geographica da costa ocidental da Africa comprehendida entre 5° e 19° de lat. sul, mostrando parte do Congo e os reinos de Angola, Benguella / Desenhada pelo Ten[ent]e Coronel Engº L. C. C. Pinheiro Furtado em 1790; Gravada em Pariz por ordem do Major João Carlos Feo Cardozo de Castello Branco e Torres em 1825. - Escala [ca 1:9800], "30 legoas" = [0,60 cm]. - Paris: [s.n.], 1825. - 1 mapa: 52,60x36,70cm, em folha de 56,10x40,50cm. Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa